

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, PESSOA JURÍDICA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL SERRA AZUL – SEMA/MT

1. ANTECEDENTES

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou suas operações em 1996. Trata-se de um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público e privado, bem como da sociedade civil organizada, por meio de parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e investimentos socioambientais de empresas, além de apoiar ações de redução e mitigação de impactos ambientais e o cumprimento de obrigações legais.

O FUNBIO tem como desafio aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, viabilizando a interface entre programas e projetos e diferentes fontes de recursos, bem como identificando novas oportunidades para maximizar resultados.

Na qualidade de executor de projetos, o FUNBIO realiza um amplo conjunto de atividades, com destaque para:

- a) gerenciamento operacional e financeiro;
- b) apoio ao planejamento de projetos;
- c) aquisição e logística de bens e contratação de serviços (procurement);
- d) realização de chamadas de projetos;
- e) constituição e administração de fundos visando garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo das atividades; e
- f) realização de estudos e desenvolvimento de novos mecanismos financeiros, entre outros.

O Programa COPAÍBAS tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado.

Para isso, o projeto busca atender a quatro metas:

1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado;
2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas;
3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas relacionados às mudanças climáticas e à conservação da biodiversidade; e
4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa, por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e na Amazônia, bem como de investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

Cada uma dessas quatro metas compõe um componente do projeto.

A primeira meta, voltada às Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 26 UCs no bioma Cerrado, sendo 21 estaduais e 5 federais. Para o atendimento dessa meta, foram concebidas ações de estruturação e consolidação dessas Unidades, de fomento ao Uso Público, de estímulo ao Manejo Integrado do Fogo e de difusão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A contratação tratada neste Termo de Referência insere-se no conjunto de esforços voltados ao fomento e à qualificação do Uso Público.

2. OBJETIVO

Elaborar o Plano de Uso Público do Parque Estadual da Serra Azul, localizado no município de Barra do Garças, Mato Grosso, Unidade de Conservação integrante do Programa COPAÍBAS, com vistas ao ordenamento, à qualificação e à sustentabilidade das atividades de visitação.

O Plano deverá ser desenvolvido em conformidade com o Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais, do Ministério do Meio Ambiente, adotando suas diretrizes técnicas e conceituais, com as devidas adequações à realidade institucional, normativa e operacional do âmbito estadual, bem como às especificidades do Programa COPAÍBAS e aos objetivos de criação e de manejo da Unidade de Conservação.

O documento resultante deverá constituir instrumento técnico de apoio à gestão, orientando a tomada de decisões, a priorização de investimentos, o ordenamento da

visitação, a mitigação de impactos e a promoção do uso público de forma ambientalmente responsável, socialmente inclusiva e economicamente sustentável.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Planos de Uso Público das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa COPAÍBAS deverão ser elaborados com foco na sustentabilidade das atividades propostas, considerando de forma integrada os aspectos ambientais, sociais, operacionais e financeiros. Espera-se que o Plano de Uso Público contribua para a qualificação e o incremento ordenado da visitação na Unidade de Conservação, de modo a promover a geração de emprego e renda para as populações do entorno, em consonância com os princípios da conservação da biodiversidade.

O Plano deverá respeitar integralmente os objetivos de criação da Unidade de Conservação, as diretrizes estabelecidas em seu Plano de Manejo vigente e as normativas e orientações emanadas pelo órgão gestor estadual competente.

Como referência técnica e metodológica, será adotado o documento *Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais*, do Ministério do Meio Ambiente, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo aplicadas suas diretrizes conceituais e procedimentais. As instruções específicas relacionadas à estrutura administrativa do ICMBio, como exigências internas de tramitação ou revisão por coordenadorias específicas, não serão consideradas. Deverão, por outro lado, ser observadas as especificidades e diretrizes próprias do Programa COPAÍBAS, conforme detalhadas neste Termo de Referência.

Ao término da elaboração do Plano de Uso Público, deverão ser apresentadas orientações claras e objetivas para a implantação das ações propostas, incluindo a definição de etapas, a identificação dos recursos necessários e a indicação de investimentos prioritários para, no mínimo, os próximos 05 (cinco) anos. Para cada investimento recomendado, deverão ser explicitados os benefícios esperados, considerando os impactos ambientais, sociais, operacionais e econômicos.

Durante todo o processo de elaboração do Plano de Uso Público, deverão ser incorporadas, de forma transversal, diretrizes de inclusão, equidade e acessibilidade,

assegurando uma abordagem que considere gênero, idade, condições físicas, vulnerabilidades sociais e a diversidade de perfis de usuários da Unidade de Conservação.

Nesse sentido, deverão ser observados, entre outros aspectos:

- A promoção de experiências de visitação que contemplem e respeitem diferentes identidades de gênero, faixas etárias, pessoas com deficiência, idosos, crianças, adolescentes e demais grupos em situação de vulnerabilidade;
- A garantia de participação diversa e equitativa desses públicos nas oficinas, reuniões e eventos previstos, podendo incluir medidas facilitadoras como adequação dos espaços, acessibilidade física e comunicacional, oferta de estruturas de apoio e estratégias específicas de mobilização;
- A análise da repartição equitativa dos benefícios decorrentes do aumento da visitação, considerando oportunidades econômicas, sociais e de capacitação para mulheres, jovens, pessoas com deficiência e comunidades do entorno.

4. PARQUE ESTADUAL SERRA AZUL

O Parque Estadual Serra Azul é uma unidade de conservação estadual localizada nos municípios de Araguaiana e Barra do Garças, no leste do estado de Mato Grosso, inserida no bioma Cerrado. O Parque protege um importante maciço serrano que marca a paisagem urbana do município, desempenhando papel estratégico na conservação da biodiversidade, na proteção de nascentes e na estabilidade ambiental da região.

Além de sua relevância ecológica, o Serra Azul possui forte valor social, cultural e paisagístico, concentrando atrativos de uso público amplamente visitados, como trilhas, mirantes e a Escadaria da Fé. Por estar em contato direto com a área urbana e com sua zona de amortecimento, o Parque demanda uma gestão integrada, capaz de conciliar conservação ambiental, visitação ordenada, educação ambiental e ações permanentes de prevenção e resposta a incêndios florestais.

Nesse contexto, o Parque Estadual Serra Azul consolida-se como um território estratégico para a proteção ambiental regional e para a promoção de uma relação equilibrada entre natureza, cidade e sociedade, assumindo função central na governança ambiental do município e de sua área de entorno.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

O presente Termo de Referência encontra-se fundamentado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação, gestão e uso das Unidades de Conservação no território nacional. Referida legislação reconhece o Uso Público como instrumento legítimo para a promoção da educação ambiental, do turismo sustentável e da valorização do patrimônio natural, desde que compatível com os objetivos de criação da Unidade de Conservação e com as diretrizes estabelecidas em seu respectivo Plano de Manejo.

Complementarmente, observa-se o disposto no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.985/2000, especialmente no que se refere à obrigatoriedade do planejamento da gestão, à adoção de mecanismos de gestão participativa, à ordenação e ao controle da visitação, bem como à implementação de instrumentos técnicos e administrativos voltados à conservação dos recursos naturais, à segurança dos visitantes e à sustentabilidade das atividades desenvolvidas no interior das Unidades de Conservação.

Nesse contexto, a elaboração do Plano de Uso Público do Parque Estadual da Serra Azul deverá observar integralmente os princípios, diretrizes e dispositivos legais previstos no marco normativo do SNUC, em consonância com o Plano de Manejo vigente da Unidade, com as normas complementares aplicáveis e com as diretrizes técnicas e administrativas emanadas pelo órgão gestor estadual.

O Plano de Uso Público constituir-se-á, assim, em instrumento técnico estratégico de apoio à gestão da Unidade de Conservação, orientando o ordenamento da visitação, a definição de prioridades, a mitigação de impactos, a alocação de recursos e a tomada de decisão administrativa, de forma integrada, responsável e alinhada aos objetivos de conservação.

5.1 Normas e referências complementares

Além do marco legal e normativo já estabelecido neste Termo de Referência, a elaboração do Plano de Uso Público deverá observar, quando aplicável, normas técnicas e referenciais complementares relacionados à acessibilidade, à segurança das estruturas de

uso público e à padronização da apresentação dos documentos, de modo a assegurar a qualidade técnica, a segurança dos usuários e a adequada utilização institucional do produto final.

No que se refere à acessibilidade e inclusão, deverão ser consideradas as diretrizes da legislação vigente sobre acessibilidade universal, bem como normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à eliminação de barreiras físicas, à comunicação acessível e à promoção do acesso equitativo aos espaços e serviços de uso público nas Unidades de Conservação.

Quanto à segurança das estruturas e equipamentos destinados à visitação, o Plano de Uso Público deverá considerar referenciais técnicos relacionados à avaliação, manutenção e operação segura de edificações, mirantes, trilhas estruturadas, passarelas, escadarias e demais infraestruturas utilizadas pelo público, observadas as normas técnicas e os regulamentos aplicáveis.

Para fins de organização, padronização e apresentação do documento final, deverão ser observadas normas técnicas de estruturação, numeração de seções, elaboração de sumário, referências e demais elementos editoriais, de modo a assegurar clareza, coerência, rastreabilidade das informações e compatibilidade com o uso institucional pelo órgão gestor e pelas instâncias envolvidas.

A aplicação dessas normas e referências complementares deverá ser compatibilizada com as características ambientais, operacionais e administrativas do Parque Estadual da Serra Azul, não implicando, por si só, obrigatoriedade de execução de obras ou intervenções físicas, mas orientando tecnicamente as recomendações e diretrizes do Plano de Uso Público.

6. PRODUTOS

A elaboração do Plano de Uso Público do Parque Estadual da Serra Azul será realizada por meio dos produtos descritos a seguir, estruturados com base no Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento de Planos de Uso Público do Ministério do Meio Ambiente,

observadas as adaptações e complementações previstas neste Termo de Referência, que deverão orientar o desenvolvimento das propostas pelas organizações candidatas.

6.1. Produto 1 – Plano de Trabalho

Consiste na elaboração do planejamento detalhado das atividades a serem executadas ao longo do contrato, contemplando a metodologia de trabalho, as estratégias de abordagem, a definição das etapas, os instrumentos técnicos a serem utilizados e o cronograma de execução previsto pela organização proponente. Embora não conste no roteiro metodológico de referência, o Plano de Trabalho é incorporado neste Termo de Referência como instrumento essencial de alinhamento técnico, metodológico e operacional entre as partes, constituindo condição para o início das etapas subsequentes.

6.2. Produto 2 – Diagnóstico do Uso Público da Unidade de Conservação

O Diagnóstico do Uso Público deverá apresentar análise técnica integrada da Unidade de Conservação, abrangendo informações gerais sobre a área protegida e seu entorno imediato e regional, a caracterização da visitação existente, incluindo perfil dos visitantes, modalidades de uso, sazonalidade e impactos associados, bem como a identificação dos recursos disponíveis, das iniciativas em curso e das ações estruturais já implementadas ou em desenvolvimento.

Deverão ser avaliados os recursos humanos, financeiros e operacionais disponíveis para a gestão do Uso Público, assim como os projetos e ações já desenvolvidos no âmbito da Unidade de Conservação, de modo a subsidiar de forma consistente as etapas subsequentes de planejamento e consolidação do Plano de Uso Público.

O diagnóstico será elaborado a partir de dados primários e secundários. Deverão ser realizados, no mínimo, 5 (cinco) dias de atividades de campo. Como documentos de referência e suporte técnico, deverão ser utilizados, entre outros, o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra Azul, o Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (PPCIF), o Plano Protetivo Mensal Integrado (PPMI), a lei de criação da Unidade de Conservação, bem como dados institucionais, registros operacionais e informações provenientes de canais oficiais e redes sociais.

A Gerência do Parque Estadual da Serra Azul apoiará a consultoria com a disponibilização de veículos 4x4 para deslocamentos no interior da Unidade de Conservação, sendo que todo o apoio interno à UC será realizado com veículos próprios dessa Gerência. As estradas internas encontram-se acessíveis e em condições plenas de trafegabilidade.

No âmbito do diagnóstico, a consultoria contratada deverá realizar análise técnica individualizada dos principais atrativos, estruturas e áreas de Uso Público do Parque Estadual da Serra Azul, incluindo, obrigatoriamente, a Escadaria da Fé, os mirantes, as trilhas, os acessos viários, as áreas de estacionamento, os pontos de apoio ao visitante e as áreas sujeitas a maior pressão de público.

Para cada atrativo ou conjunto de atrativos, a análise deverá contemplar, no mínimo, o padrão de uso, a intensidade da visitação, o perfil dos visitantes, os conflitos existentes ou potenciais, os riscos associados, a infraestrutura disponível, os impactos ambientais e operacionais observados e a interface com a área urbana, com a Área de Proteção Ambiental Pé da Serra Azul.

As áreas urbanas adjacentes e os acessos externos ao Parque, por influenciarem diretamente o fluxo de visitantes, a segurança e a pressão sobre os atrativos, deverão integrar o diagnóstico do Uso Público, de forma articulada com a gestão territorial da Unidade de Conservação e da Área de Proteção Ambiental associada.

O diagnóstico deverá contemplar, ainda, a aplicação do Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), a análise da oferta e da demanda turística da Unidade de Conservação e de seu entorno, realizada de forma articulada com os atores e setores locais interessados, bem como a sistematização dos dados existentes e atualizados sobre o número de visitantes por atrativo e os impactos decorrentes da visitação, os quais serão disponibilizados pela gestão do Parque.

Deverá incluir, também, a verificação da existência de planos regionais ou municipais de turismo com interface direta ou indireta com a Unidade, bem como a identificação de projetos em andamento, riscos, restrições e condicionantes relacionados à implementação ou ampliação das atividades de visitação.

6.2.1. Diretrizes Metodológicas para Capacidade de Carga e Monitoramento de Impactos

Com o objetivo de assegurar padronização técnica e consistência metodológica entre as propostas apresentadas, a elaboração do Plano de Uso Público deverá contemplar a aplicação de metodologias reconhecidas para a análise da capacidade de suporte da visitação, bem como para a definição de limites aceitáveis de mudança e para o monitoramento dos impactos ambientais, sociais e operacionais decorrentes do Uso Público.

As metodologias adotadas deverão ser explicitadas e tecnicamente justificadas, demonstrando compatibilidade com as características ambientais, territoriais e operacionais da Unidade de Conservação. Poderão ser consideradas, de forma orientativa, abordagens consolidadas no âmbito da gestão de áreas protegidas, incluindo análises de capacidade de carga física, real e efetiva, metodologias de Limites Aceitáveis de Mudança, modelos de proteção da experiência do visitante e dos recursos naturais ou instrumentos equivalentes reconhecidos por órgãos gestores e pela literatura técnica especializada.

Os resultados dessas análises deverão subsidiar a definição de diretrizes para o ordenamento da visitação, a proposição de estratégias de manejo, a indicação de ações de mitigação de impactos e a estruturação de mecanismos de monitoramento contínuo, assegurando a compatibilidade entre a conservação dos atributos naturais da Unidade de Conservação, a segurança dos visitantes e a sustentabilidade das atividades propostas.

No âmbito desta etapa, do diagnóstico de uso público, a contratada deverá realizar trabalhos de campo no Parque Estadual da Serra Azul, com duração de cinco dias, com a finalidade de dirimir dúvidas técnicas e levantar informações que não estejam disponíveis em bibliografia especializada ou em documentos oficiais.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por meio dos setores pertinentes e da Gerência Regional do Parque Estadual da Serra Azul e da APA Pé da Serra Azul, apoiará a contratada na divulgação e mobilização dos convidados e, sempre que possível, buscará viabilizar, por meio de parcerias institucionais, a cessão de espaços para a realização das atividades sem ônus.

Com vistas à otimização da logística e à eficiência da execução, essa avaliação poderá ocorrer durante a visita de campo prevista para a etapa de diagnóstico ou na mesma semana das oficinas de planejamento.

6.3. Produto 3 – Oficina de Planejamento do Uso Público

A Oficina de Planejamento do Uso Público consistirá na realização de reunião presencial com atores locais e institucionais diretamente relacionados à gestão, à operação e ao uso da Unidade de Conservação, com o objetivo de promover a análise crítica e a validação dos materiais técnicos desenvolvidos até esta etapa, bem como subsidiar a construção coletiva do Plano de Uso Público.

Os custos da oficina serão de responsabilidade da contratada, devendo ser considerados de 1 (um) a 3 (três) dias de atividades, com até 30 participantes. A oficina ocorrerá de forma presencial e deverá contar com registro fotográfico e lista de presença.

O espaço físico para realização da oficina será providenciado pela gestão do Parque. O coffee break será de responsabilidade da contratada, excetuadas as refeições dos participantes. A condução metodológica será realizada pela contratada, que deverá adotar abordagem expositiva e ferramentas participativas adequadas aos objetivos pretendidos, considerando os níveis de escolaridade dos participantes e as particularidades regionais.

A empresa contratada deverá prever todos os materiais de escritório e de identificação dos participantes. A gestão do Parque disponibilizará recursos de mídia e materiais institucionais, cabendo à contratada trazer seus próprios equipamentos, como computadores pessoais.

A SEMA apoiará a contratada na divulgação e mobilização dos convidados.

Os convites deverão ser elaborados pela contratada e encaminhados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, com confirmação de presença 07 (sete) dias antes da realização do evento.

A contratada deverá apresentar à GRPQ_APASA/SEMA um roteiro detalhado das atividades previstas para a oficina com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência, para fins de aprovação.

6.3.1. Participação de Atores Estratégicos Locais e Condução das Oficinas

No processo de diagnóstico e nas oficinas de planejamento do Uso Público, deverá ser assegurada a participação de atores estratégicos diretamente relacionados à operação, à gestão e à dinâmica de visitação da Unidade de Conservação. Sempre que possível, deverão ser envolvidos condutores, monitores, guias, brigadistas, gestores operacionais da Unidade, representantes do setor de turismo regional e demais atores com atuação direta ou indireta nas atividades de Uso Público.

A participação desses segmentos tem como finalidade garantir diversidade funcional, complementar à diversidade social já prevista, qualificando as análises técnicas, ampliando a aderência das propostas à realidade operacional da Unidade de Conservação e fortalecendo a viabilidade de implantação das ações e diretrizes estabelecidas no Plano de Uso Público.

Ao término das oficinas, a contratada deverá elaborar relatório técnico circunstanciado, contendo a sistematização das metodologias aplicadas, das discussões realizadas, das contribuições apresentadas pelos participantes e dos encaminhamentos definidos, bem como o registro fotográfico das atividades desenvolvidas.

6.4. Produto 4 – Consolidação do Documento

O Produto 4 consistirá na consolidação final do Plano de Uso Público, compreendendo a elaboração de definições operacionais relacionadas à visitação, a formulação de orientações técnicas para o monitoramento dos impactos decorrentes do Uso Público e para o controle e a gestão do fluxo de visitantes, bem como a redação final do documento, incorporando de forma integrada as estratégias, diretrizes e indicações técnicas relativas ao ordenamento e à qualificação da visitação na Unidade de Conservação.

Esta etapa abrangerá, ainda, a revisão técnica e editorial do conteúdo, assegurando clareza, coerência interna, padronização terminológica e aderência às diretrizes metodológicas adotadas, culminando com a diagramação final do Plano de Uso Público em formato adequado para uso institucional e operacional pelo órgão gestor.

Ainda que não conste expressamente na metodologia de referência adotada neste Termo de Referência, a consultoria contratada deverá contemplar, no âmbito do Produto 4, a

indicação de melhorias a serem implementadas na Unidade de Conservação, com base nas informações levantadas e nas discussões consolidadas ao longo do processo de elaboração do Plano de Uso Público.

As melhorias propostas deverão ser devidamente descritas e justificadas, acompanhadas de estimativas de custos e de investimentos necessários à sua implementação, bem como da identificação dos benefícios esperados, considerando aspectos ambientais, sociais, operacionais e de gestão. Tais melhorias poderão abranger tanto intervenções em infraestrutura física quanto ações relacionadas a processos administrativos, capacitação, contratação de serviços ou aprimoramento de procedimentos de gestão, concessões, parcerias interinstitucionais, desde que alinhadas aos objetivos de conservação e proteção e ao uso sustentável da Unidade de Conservação.

6.4.1. Estrutura mínima do Plano de Uso Público final

O Plano de Uso Público final a ser entregue pela consultoria contratada deverá conter, no mínimo, estrutura técnica organizada em capítulos, contemplando de forma integrada e coerente os seguintes elementos:

- a) Apresentação institucional do Plano, com contextualização da Unidade de Conservação, objetivos do Plano de Uso Público e alinhamento com o Plano de Manejo vigente e com as diretrizes do Programa COPAÍBAS;
- b) Caracterização da Unidade de Conservação sob a ótica do Uso Público, incluindo acessos, atrativos, infraestrutura existente, condicionantes ambientais, fragilidades, riscos e restrições operacionais;
- c) Diagnóstico do Uso Público, conforme metodologia adotada, contemplando perfil da visitação, dinâmica de uso, impactos ambientais, sociais e operacionais, análise da oferta e da demanda turística e aplicação do Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação;
- d) Diretrizes e critérios para o ordenamento do Uso Público, incluindo definição de áreas aptas à visitação, regras de uso, limites de acesso, condicionantes operacionais e diretrizes para compatibilização entre visitação e conservação;

- e) Definição de capacidade de carga e limites aceitáveis de mudança, ou metodologia equivalente adotada, com apresentação dos critérios utilizados, resultados obtidos e implicações para o manejo da visitação;
- f) Estratégias de manejo e mitigação de impactos associados ao Uso Público, incluindo medidas preventivas, corretivas e de monitoramento contínuo;
- g) Diretrizes para segurança do visitante e gerenciamento de riscos, considerando aspectos ambientais, climáticos, estruturais e operacionais;
- h) Diretrizes para acessibilidade, inclusão e equidade no Uso Público, observadas as normativas aplicáveis e as particularidades da Unidade de Conservação;
- i) Programa de monitoramento do Uso Público, com definição de indicadores, métodos, periodicidade, responsabilidades e mecanismos de retroalimentação da gestão;
- j) Estratégia de gestão, governança e articulação institucional, incluindo papéis e responsabilidades dos atores envolvidos;
- k) Propostas de investimentos e melhorias para o Uso Público, organizadas por horizonte temporal, com estimativa de custos, prioridades e benefícios esperados;
- l) Plano de implantação das ações propostas, com horizonte mínimo de cinco anos, contemplando cronograma indicativo e diretrizes para captação ou alocação de recursos;
- m) Considerações finais e recomendações técnicas;
- n) Anexos técnicos, incluindo mapas, registros fotográficos, fichas de atrativos, instrumentos metodológicos aplicados, registros de oficinas e demais documentos de suporte.

A estrutura apresentada deverá ser detalhada e adaptada às características específicas do Parque Estadual da Serra Azul, sendo admitidos ajustes na organização dos capítulos, desde que assegurada a contemplação integral dos conteúdos mínimos aqui estabelecidos.

6.4.2. Organização e Priorização das Propostas de Investimento

As propostas de investimento a serem apresentadas no âmbito do Plano de Uso Público deverão ser organizadas segundo horizonte temporal, contemplando curto, médio e longo prazo, de modo a orientar o planejamento estratégico, a alocação de recursos e a tomada de decisão pelo órgão gestor.

A priorização das ações e dos investimentos deverá fundamentar-se em critérios técnicos objetivos, considerando, sempre que aplicável, o nível de risco associado, o potencial de impacto ambiental, social e operacional, a viabilidade técnica, a viabilidade financeira e a capacidade de implementação das propostas. Essa análise deverá assegurar a coerência entre as diretrizes estabelecidas no Plano de Uso Público, os objetivos de conservação da Unidade de Conservação e a realidade operacional existente.

Recomenda-se que a consultoria contratada apresente previamente ao órgão gestor uma proposta de estruturação do documento final, de modo a possibilitar alinhamento técnico e validação prévia, considerando que o Roteiro Metodológico para o Desenvolvimento de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais não estabelece de forma detalhada a organização do produto final.

6.4.3. Padrão mínimo de mapas e produtos cartográficos

Os produtos cartográficos a serem elaborados no âmbito do Plano de Uso Público deverão observar padrão técnico mínimo que assegure consistência geoespacial, legibilidade, interoperabilidade e adequada utilização institucional pelo órgão gestor.

Os mapas deverão ser produzidos com base no sistema de referência geodésico oficial adotado no território nacional, compatível com os bancos de dados geoespaciais utilizados pelo órgão gestor estadual, devendo o sistema de coordenadas e a projeção cartográfica adotados ser explicitamente informados nos produtos entregues.

A escala cartográfica deverá ser compatível com a finalidade do mapa e com o nível de detalhe necessário à gestão do Uso Público, sendo vedada a utilização de escalas que comprometam a leitura, a análise espacial ou a tomada de decisão. Sempre que aplicável, deverá ser indicada a escala numérica e gráfica, bem como a data de elaboração e a fonte das informações utilizadas.

Os produtos cartográficos deverão contemplar, no mínimo, a representação clara e organizada dos limites da Unidade de Conservação, acessos, áreas e atrativos de uso público, trilhas, infraestruturas associadas à visitação, zonas ou áreas com restrições de uso, áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e demais elementos relevantes para o ordenamento da visitação, conforme definido ao longo do Plano de Uso Público. Também deverão incluir, obrigatoriamente, mapas específicos que representem: I. o zoneamento de Uso Público da Unidade de Conservação, com delimitação das áreas aptas à visitação, áreas de uso restrito e áreas não visitáveis; II. a capacidade de carga e os limites máximos de visitação por atrativo, trilha, infraestrutura ou zona de uso, conforme definidos nas análises técnicas realizadas; III. as rotas de acesso, circulação e evacuação de visitantes, incluindo caminhos preferenciais, pontos de controle e áreas de apoio à gestão e à resposta a emergências.

Esses mapas deverão ser integrados entre si e compatibilizados com as diretrizes de ordenamento, segurança e prevenção de riscos estabelecidas no Plano de Uso Público, de modo a subsidiar diretamente a gestão operacional da visitação.

Os mapas deverão conter elementos cartográficos essenciais, incluindo título, legenda, sistema de referência, escala gráfica, orientação, identificação da Unidade de Conservação e créditos técnicos, assegurando padronização visual e clareza na comunicação das informações.

Além dos arquivos finais diagramados para inserção no documento do Plano de Uso Público, deverão ser entregues os arquivos digitais editáveis em formato shapefile, ou outro formato geoespacial vetorial compatível, acompanhados das respectivas tabelas de atributos, de modo a permitir sua atualização, integração e reutilização pelo órgão gestor.

7. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O cronograma de entregas e de pagamentos desta contratação está estruturado em função dos produtos a serem apresentados, considerando o prazo em dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato e o respectivo percentual de pagamento associado a cada etapa, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Quadro de Prazos, Entregas e Pagamentos

Entrega	Prazo em dias corridos após a assinatura do contrato	Prazo em dias corrigidos para análise do órgão gestor	Percentual de pagamento
Produto 01	15	10 dias	0%
Produto 02	95	15 dias	30%
Produto 03	155	10 dias	30%
Produto 04	215	20 dias	40%

O pagamento de cada parcela estará condicionado à entrega e à aprovação formal do respectivo produto, conforme critérios e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

8. VALIDAÇÃO FORMAL DO PLANO DE TRABALHO E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Embora o Produto 1, correspondente ao Plano de Trabalho, não possua pagamento associado, sua entrega deverá ser formalmente validada e aprovada pelo contratante e pelo órgão gestor, constituindo condição indispensável para o prosseguimento das etapas subsequentes previstas neste Termo de Referência.

A validação do Produto 1 deverá atestar a conformidade do cronograma proposto, da metodologia adotada, das estratégias de execução e do alinhamento do Plano de Trabalho com os objetivos do Plano de Uso Público, assegurando a adequada condução técnica, administrativa e operacional das fases seguintes do contrato.

O prazo total de execução das atividades será de 215 (duzentos e quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato. O contrato terá vigência de 280 (duzentos e oitenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura, observados os prazos estabelecidos para a entrega dos produtos e para a realização das atividades previstas. No ato dos pagamentos, serão deduzidos os descontos legalmente estipulados, conforme a legislação vigente.

A instituição contratada deverá encaminhar ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade cópia digital de todos os produtos entregues, devidamente aprovados pela equipe indicada pelo FUNBIO, por meio eletrônico, para o endereço contratos@funbio.org.br, com cópia para a Gerência do Programa COPAÍBAS (copaibas@funbio.org.br).

Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo FUNBIO, do respectivo documento de cobrança (nota fiscal ou fatura), acompanhado do Termo de Recebimento, documento emitido pelo beneficiário responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações, quantidades e etapas previstas neste Termo de Referência.

9. SUPERVISÃO

A supervisão do contrato será exercida pela equipe da SEMA/MT e pela equipe do FUNBIO, cabendo a essa instância o acompanhamento da execução das atividades, o alinhamento institucional e a interlocução com a consultoria contratada.

A anuência e a validação formal dos produtos somente serão concedidas pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade após manifestação oficial de concordância do órgão gestor estadual, formalizada por meio de comunicação eletrônica. Assim, caberá, em última instância, ao órgão gestor a aprovação dos produtos entregues, respeitado o prazo de até 10, 15 ou 20 dias corridos, conforme o cronograma de pagamento no item 7, para a avaliação técnica das entregas.

O contato com o órgão gestor deverá ocorrer exclusivamente por meio dos endereços eletrônicos institucionais indicados, devendo todas as comunicações destinadas ao órgão gestor conter, obrigatoriamente, a Gerência do Programa COPAÍBAS em cópia, considerando que compete à equipe do FUNBIO o acompanhamento formal do contrato. Para fins de interlocução técnica, ficam indicados os contatos institucionais da equipe da SEMA/MT, a serem informados no ato da contratação.

A consultoria contratada deverá disponibilizar, sempre que requisitado, todos os elementos, informações e registros necessários ao processo de monitoria do Programa COPAÍBAS, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ou do doador, de modo que,

devidamente autorizada, a equipe do Programa possa acompanhar a execução das atividades e verificar a conformidade técnica e metodológica dos produtos elaborados.

Ressalta-se que cada produto somente será considerado finalizado após sua entrega integral e a aprovação correspondente para a Unidade de Conservação contemplada por este Termo de Referência.

10. INSUMOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente disponibilizará os planos vigentes e os dados secundários existentes sobre a Unidade de Conservação contemplada. Ressalta-se que, em determinados casos, o órgão gestor poderá não dispor de informações previamente sistematizadas, circunstância que poderá demandar da contratada a complementação das análises por meio de levantamentos próprios e trabalhos de campo.

A contratada deverá dispor de infraestrutura própria compatível com a execução dos produtos, incluindo equipamentos de informática, softwares especializados, com destaque para ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), espaço físico adequado e demais recursos técnicos e operacionais necessários ao pleno desenvolvimento das atividades previstas neste Termo de Referência.

Eventuais despesas relacionadas a deslocamentos, à realização de oficinas, às atividades de mobilização e à apresentação dos resultados serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ressarcimento adicional por parte do contratante ou do órgão gestor.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, na qualidade de contratante, cabendo a essa instituição a gestão administrativa e contratual do instrumento. Qualquer alteração de escopo, prazos ou condições estabelecidas neste Termo de Referência deverá ser previamente submetida à análise e à anuência formal do FUNBIO.

Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo FUNBIO, do respectivo documento de cobrança (nota fiscal ou

fatura), acompanhado do Termo de Recebimento, documento emitido pelo beneficiário responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações, quantidades e etapas previstas no contrato.

Todas as informações, dados, estudos, relatórios, documentos e produtos técnicos elaborados no âmbito desta contratação, incluindo bases cartográficas, arquivos geoespaciais, shapefiles, tabelas, bancos de dados, imagens, registros fotográficos e demais materiais correlatos, terão seus direitos patrimoniais integralmente revertidos ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, sendo vedada sua reprodução total ou parcial sem autorização expressa da instituição, inclusive após o encerramento do contrato, respeitados os direitos de propriedade intelectual e de autoria.

Fica expressamente assegurado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e à Gerência do Parque Estadual da Serra Azul o direito de editar, atualizar, adaptar, integrar, reutilizar e incorporar esses produtos e bases técnicas em outros instrumentos de planejamento, sistemas institucionais, relatórios, plataformas de gestão territorial, monitoramento, fiscalização e Uso Público, independentemente de nova autorização da consultoria contratada.

Essa autorização abrange o uso interno e institucional dos dados, bem como sua atualização contínua, assegurando a autonomia técnica do órgão gestor e a sustentabilidade da gestão do Uso Público ao longo do tempo.

A publicação e a produção de materiais bibliográficos, tais como artigos e trabalhos acadêmicos destinados a congressos, eventos científicos ou outras formas de divulgação, que utilizem informações ou resultados oriundos da consultoria contratada, deverão ser previamente autorizadas pelo FUNBIO e pela SEMA/MT.

12. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os documentos produzidos no âmbito desta contratação deverão ser apresentados em formato digital editável, preferencialmente nos formatos .docx e/ou .xlsx, conforme a

natureza do conteúdo. As apresentações deverão ser entregues em formato .pptx, observando padrão visual compatível com uso institucional.

No caso de produtos cartográficos, além dos arquivos finais em formato de imagem ou documento, deverão ser entregues os arquivos digitais editáveis em formato shapefile, acompanhados das informações necessárias à sua correta leitura e utilização. A entrega de todos os arquivos deverá ocorrer de forma virtual, por meio de correio eletrônico ou de serviços de hospedagem online previamente acordados com o contratante.

O produto final deverá ser entregue devidamente diagramado, com organização visual adequada, padronização gráfica e clareza na apresentação das informações, de modo a permitir seu uso direto pelo órgão gestor e pelas instâncias institucionais envolvidas.

13. QUALIFICAÇÃO

A organização proponente deverá comprovar experiência técnica na elaboração de, no mínimo, 5 (cinco) Planos de Uso Público ou Planos de Manejo, sendo imprescindível a execução de, ao menos, 1 (um) Plano de Uso Público em Unidade de Conservação de Proteção Integral, considerando ano-base 2019. Poderão ser consideradas, adicionalmente, outras experiências diretamente relacionadas ao Uso Público em áreas protegidas, incluindo estudos de viabilidade, estudos voltados à concessão de serviços, bem como projetos e programas turísticos desenvolvidos em Unidades de Conservação ou áreas equivalentes.

A equipe técnica principal designada para atuar nas Unidades de Conservação vinculadas ao Programa COPAÍBAS deverá ser composta por, no mínimo, 3 (três) profissionais. Dentre estes, deverá ser indicado um coordenador ou coordenadora do projeto com experiência mínima de 5 (cinco) anos em temas relacionados ao escopo da consultoria, enquanto os demais profissionais deverão possuir, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência comprovada na área socioambiental.

Profissional 01: Coordenador: o coordenador ou coordenadora do projeto deverá possuir formação acadêmica em áreas afins à temática ambiental e territorial, tais como Biologia, Ecologia, Geografia, Geologia, Agronomia, Engenharia Agrônômica, Engenharia

Ambiental, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Antropologia ou áreas correlatas, além de experiência mínima de 5 (cinco) trabalhos relacionados ao Uso Público em Unidades de Conservação.

Profissional 02: Especialista em uso público: deverá possuir formação compatível com o escopo da consultoria, podendo incluir Biologia, Ecologia, Geografia, Geologia, Agronomia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Ciências Sociais, Antropologia, Ciências Econômicas, Bacharelado em Turismo ou áreas relacionadas. Deverá possuir especialidade em Uso Público tendo experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação da área ambiental.

Profissional 03: Especialista em infraestrutura/planejamento operacional: deverá possuir formação compatível com o escopo da consultoria, podendo incluir Arquitetura, Engenharia Civil ou área correlata. Deverá possuir especialidade em Infraestrutura/planejamento operacional tendo experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação da área ambiental.

É obrigatória a comprovação de que ao menos 1 (um) dos profissionais da equipe possui experiência na condução e incorporação de questões de gênero no contexto da gestão ambiental e do Uso Público. Deverá, ainda, ser explicitamente indicado o profissional responsável pela proposição de opções de investimento voltadas à melhoria do Uso Público nas Unidades de Conservação, bem como pela análise de custo-benefício dessas alternativas.

Todos os profissionais indicados deverão executar pessoalmente as atividades para as quais forem designados, sendo expressamente vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais a terceiros, salvo mediante autorização formal do contratante.